

**O PROCESSO DE MEDIAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA AGRICULTURA ECOLÓGICA**

Valter Lucio OLIVEIRA<sup>1</sup>

**RESUMO:** A partir de pesquisa empírica realizada junto a agricultores pertencentes a uma associação de agricultores ecologistas e mediadores sociais vinculados a uma ONG localizados no Rio Grande do Sul, este artigo analisa a relação estabelecida entre estes atores buscando compreender a construção das identidades sociais e o papel da mediação nesse processo. Percebeu-se que a influência dos mediadores sociais foi fundamental na construção da identidade do agricultor ecologista, e na definição dos princípios norteadores da Agricultura Ecológica, especialmente em sua origem, mas, na medida em que estes últimos foram incorporando os princípios definidores do “ser agricultor ecologista” e suas práticas subjacentes, estes passaram a disputar com os mediadores os seus contornos. Com relação aos mediadores a construção de sua identidade social tal processo se dá a partir da demarcação em relação aos mediadores vinculados a outras instituições que ocupam posição dominante no “campo da agricultura”.

**Palavras-chave:** Mediação. Identidade Social. Agricultura Ecológica. Relações de Poder.

**Introdução**

São várias as dimensões inerentes às diferentes formas de se fazer agricultura e as relações que daí emergem. Especialmente no caso das chamadas “agriculturas alternativas”, as relações entre os agricultores e os mediadores sociais costumam ser centrais. Esta relação é fundamental no processo de constituição das identidades coletivas que está diretamente relacionada com os aspectos objetivos e simbólicos da prática agrícola que desenvolvem. No caso específica aqui abordado, o foco estará na análise de como de um formato específico de se fazer agricultura, denominado de “agricultura ecológica”, se forma e se distingue daquela denominada “convencional” e das demais formas de se fazer agricultura sem o uso de insumos agroquímicos e, da mesma maneira, compreender como se formam as identidades dos agricultores ecologistas e dos mediadores sociais.

A hipótese, sustentada originalmente, era de que os mediadores sociais assumem um papel de destaque com relação à determinação de quem pode – ou não – ser chamado de “agricultor ecologista” e, por consequência, delimitar as fronteiras da agricultura ecológica. É este agente, que acumulou um poder simbólico graças especialmente aos seus “capitais” (cultural, social, econômico, simbólico), que possui o poder do enunciado e do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (Uff), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociologia e Direito. valteroliveira@id.uff.br.

estabelecimento de uma “di-visão” (BOURDIEU, 1998b) a partir da qual se incluirá ou se excluirá os agentes deste espaço distinguido e reconhecido que é o da agricultura ecológica. Pensa-se aqui, objetivamente, no poder desses mediadores diante da normatização de tais denominações. O ato de enunciação do mediador, reconhecendo algo como sendo “ecológico”, tem um efeito de verdade entre os agentes envolvidos neste espaço social e, dessa forma, a maneira de se praticar a agricultura e a construção da identidade do agricultor sofrem grande influência destes mediadores. Por outro lado, estes mediadores sociais constroem sua identidade se distinguindo daqueles mediadores “convencionais”<sup>2</sup>. Eles são o que estes não são e vice-versa. Isto também é assumido para o caso da agricultura ecológica, que se distingue das demais agriculturas; e do agricultor ecologista, que se distingue dos demais agricultores.

As análises desenvolvidas estão baseadas em pesquisa empírica realizada junto a agricultores pertencentes a uma associação de agricultores ecologistas e mediadores sociais vinculados a uma ONG<sup>3</sup> estabelecidos no interior do Rio Grande do Sul. As informações foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas, observação participante e fontes secundárias.

### A identidade construída e seus efeitos no jogo social

Hoje em dia ser colono é ser considerado grosso, atrasado, semi-analfabeto e que fala errado. Porém, como nós somos Agricultores Ecologistas, sentimos que o nosso trabalho faz parte de um todo maior, de uma sociedade melhor, onde a saúde está presente. Está em nossa lavoura e na nossa mesa e, também, na mesa daquele que está lá na cidade.<sup>4</sup>

Muito já se discutiu e tem-se discutido nas ciências sociais a respeito da noção de **identidade**, um assunto bastante complexo e que é objeto de inúmeras controvérsias<sup>5</sup>. Estas

---

<sup>2</sup> Cabe destacar que este mediador, aqui chamado de convencional, é aquele que tem a sua prática voltada para a agricultura convencional. Esta é uma forma de se fazer agricultura baseada no uso de adubos e agrotóxicos sintéticos.

<sup>3</sup> Omite-se o nome da Associação e da ONG, bem como a identificação dos entrevistados que serão designado pelo número da entrevista (E00) e a abreviação AE (Agricultor Ecologista) ou MS (Mediador Social).

<sup>4</sup> Frase proferida por um agricultor e selecionada pelos mediadores sociais da ONG para ser parte do conteúdo de uma cartilha produzida pelos mesmos intitulada: *O que é ser agricultor ecologista*.

<sup>5</sup> Mesmo questões que a princípio não suscitariam grandes dúvidas podem surpreender. Esta discussão sugerida por Denis Martin (2000, p.582) aponta nesse sentido: “[...] naguère encore l’administration sud-africaine publiait chaque année des statistiques surréalistes indiquant le nombre de ‘noirs’ passés ‘métis’, de ‘métis’ devenus ‘blancs’ [...] et les débats biosportifs ayant prélué aux Olympiades hivernales de 1992 ont laissé à penser que même le plus évident au premier abord, le sexe, pouvait être un trompe-l’œil [...]” (aproximadamente: “[...] no passado a administração sul africana publicava a cada ano estatísticas surrealistas indicando o número de ‘negros’ passados a ‘mestiços’, de ‘mestiços’ a ‘brancos’ [...] e o debate bioesportivo que

discussões transitam ao longo de análises que apresentam uma grande variedade de matizes, desde aquelas que assumem um contorno mais positivista e normativo, buscando classificar uma identidade por referência a uma série de atributos previamente determinados, até aquelas que recorrem a uma argumentação relacional para afirmar que a identidade em si (natural, absoluta) não existe, sendo ao contrário, fruto de uma construção social que se estabelece num processo de mediação com o seu entorno. Além destas, existem ainda aquelas perspectivas que reafirmam a identidade auto-proclamada pelo grupo ou indivíduo, não cabendo discussões científicas que contrariem tal definição.

Adotar-se-á neste trabalho a perspectiva desenvolvida por Martin (2000), que vê a identidade sendo formada a partir de dois paradoxos. O primeiro diz respeito ao fato de que a identidade de um indivíduo ou grupo se constrói na presença de outra identidade. Não existe uma essência inerente a um indivíduo ou a um coletivo que, inevitavelmente, o conduza a se identificar como tal, independente de tudo e de todos. Sendo assim, cabe observar que, por exemplo, só há o negro enquanto identidade na medida em que há a identidade branca; da mesma forma só pode haver um grupo identificado como “agricultores ecologistas” em face aos que se denominam (ou, mais comumente, são denominados) de “agricultores convencionais”<sup>6</sup>. A identidade, neste caso, se define mais propriamente na produção de uma fala recorrente ao outro e menos pela própria proclamação de uma dada identidade. Isto se processa no contraste estabelecido a partir da relação que vivencia com o outro e que se transforma em uma magnificação da imagem de si mesmo.

O segundo paradoxo diz respeito à observação de que a identidade dominada estabelece uma relação ambígua com a identidade dominante. Ao mesmo tempo em que estão a todo o momento negando a identidade e a cultura que os domina, os dominados estão, na mesma medida, se valendo dos recursos de linguagem produzidos pelos dominantes para auto-afirmarem uma identidade própria. O que ocorre, no fundo, é um certo fascínio pela cultura que (o) subjuga e isto não se refere a uma atitude que se dê à consciência de cada indivíduo, já que o que molda tal relação não está em discussão, pois está naturalizado na

---

precedeu as Olimpíadas invernais de 1992 permitiu-se pensar que mesmo o que seria mais evidente à primeira vista, o sexo, podia se constituir em um engano [...]”). (MARTIN, 2000, p.582, tradução nossa).

<sup>6</sup> “Agricultores ecologistas” e “agricultores convencionais” são denominações que emergiram do seio de uma disputa estabelecida entre diferentes formas de se fazer agricultura: a ecologista e a convencional. A primeira baseia-se numa produção livre de insumos agroquímicos, aliando a este aspecto definidor, outras dimensões que dizem respeito à justiça social. Já a segunda, refere-se a uma forma de produção que é a que predomina entre os agricultores e na qual não existem grandes limitações, exceto aquelas previstas na legislação, com relação à utilização dos insumos agroquímicos.

forma de uma *doxa*<sup>7</sup> estabelecida historicamente. Dessa forma, fica exposta a esperança de ser aceito em um patamar simétrico de diálogo com a cultura dominante.

Num caminho semelhante a este de Martin, Bourdieu (1998b) irá apontar para o fato de que toda definição de uma determinada identidade se constitui num arbitrário social. Não há uma identidade natural, ela se naturaliza socialmente. O que ocorre, fundamentalmente, é o efeito da fala que tem o poder de criar realidades sociais. Porém, esta definição não nasce a partir de qualquer fala: para produzir o efeito de realidade ela deve estar instituída de poder, ela deve estar revestida de legitimidade social para tal. Neste sentido, o autor da fala, uma vez revestido desse poder,

[...] ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele [o autor da fala] subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 1998b, p.114).

Diante de tal análise, cabe considerar que tudo aquilo que se atribui a uma denominação identitária no mundo social é, na verdade, efeito e resultado de disputas pela melhor definição que estiveram em jogo ao longo da história. Ao se assumir que determinado grupo de agricultores pode ser mais bem caracterizado atribuindo-lhe a denominação de “agricultores ecologistas” e não, por exemplo, de “agricultores orgânicos”<sup>8</sup>, o que preponderou nesta consolidação foi a efetivação do poder contido em tal enunciado e, sobretudo, em quem enunciou. Ainda que muitos cientistas ingressem nessa disputa e passem a oferecer uma série de critérios ditos científicos e conferindo a tal objeto uma aura de essencialidade, convém constatar que tais agentes estarão promovendo uma incursão a um espaço social onde os recursos simbólicos e materiais determinam a relação de força entre grupos que buscam a melhor definição. E, sendo assim, produzirão uma definição tão arbitrária quanto aquela “derrotada”. Aliás, as autoridades científicas estão sempre sendo chamadas, especialmente pelos promotores de políticas públicas ou agentes do judiciário, a se pronunciarem ou a produzirem laudos com relação a determinadas fronteiras físicas e de grupos sociais e, desta forma, “[...] fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária

---

<sup>7</sup> “Cada universo do saber tem a sua *doxa* específica, conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos cuja aceitação é implicada pela própria pertença” (BOURDIEU, 1998b, p.85, grifo do autor).

<sup>8</sup> Agricultura orgânica é outra denominação correntemente utilizada para definir aquele agricultor que, da mesma forma que o ecologista, não faz uso de insumos agroquímicos. Porém, neste caso o que está sedimentado é a idéia de que tais agricultores desenvolvem uma produção norteada “[...] única e exclusivamente por princípios de natureza mercadológica.” (conforme extrato de material informativo produzido pela ONG).

que querem impor.” (BOURDIEU, 1998b, p.115). Portanto, quando o cientista entra nesta disputa ele carrega consigo o peso de seus capitais e, com isto, produz um reconhecido poder de estabelecer definições poderosas com relação ao que está em jogo.

A construção da identidade se processa, portanto, em tribunais constituídos socialmente, a partir dos quais se fundamentam a “di-visão” entre o que está dentro e o que está fora das fronteiras definidas para uma determinada identidade. Numa visão complementar a esta, Stuart Hall (1998, p.12) afirma que a “[...] identidade costura o sujeito à estrutura [...]” e, dessa forma, “[...] estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.”

Diante do exposto até aqui, constata-se que ao lidar com diferentes agentes sociais que se denominam e são denominados pelo seu entorno social como detentores de características que lhes garantem ser o que são, é conveniente verificar em que medida estas denominações edificadas e solidificadas como algo “natural”, algo que é próprio daquele grupo, se constituem ou estão se constituindo em trunfos para alcançarem conquistas no jogo que está sendo disputado socialmente. Da mesma forma, importa verificar a ocorrência de mediadores sociais que, revestido do poder necessário para enunciar com autoridade, atribuem os contornos de uma determinada identidade visando selar avanços nas disputas que eles próprios participam. Conforme Gilberto Velho (2001, p.27),

[...] os mediadores, estabelecendo comunicação entre grupos e categorias sociais distintos, são, muitas vezes, agentes de transformação, acentuando a importância de seu estudo. A atuação tem o potencial de alterar fronteiras, com o seu ir e vir, transitando com informações e valores.

Objetivamente, para o caso empírico em questão, está caracterizado um jogo que está sendo disputado em torno da definição e consolidação de um modo de fazer agricultura que é antagônico a outro. Há um que se intitula de “ecologista” e outro que leva o rótulo, atribuído pelos primeiros, de “agricultura convencional”. Como nascem tais definições e como isto repercute na prática de tais agentes e no jogo em questão, são indagações que devem estar presentes ao se analisar a relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais.

É necessário acentuar, antes de concluir esta parte, que a um só agente pode corresponder identificações múltiplas, mutáveis e, até mesmo, contraditórias. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às forças pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 1998, p.12-13). Estas identificações assumem um caráter situacional, ou seja, são

acessadas conforme a conveniência da situação. Como se verá mais adiante, é possível encontrar aquele agricultor que ostenta a sua identidade ecologista em determinadas circunstâncias e, em outras, prefere ser identificado simplesmente como agricultor (especialmente no caso daqueles que conciliam uma produção ecológica a uma produção convencional). Estas identidades se articulam conforme a biografia e trajetória destes agentes, em relação com o seu entorno social. Isto não significa dizer que um indivíduo possui um eu coerentemente integrado por variadas identidades. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (HALL, 1998, p.13). Portanto, a identidade se forma e se expressa a partir do amálgama de sentimentos que se apresentam ao longo da vivência pessoal e social de cada indivíduo. Sendo assim, ao se utilizar aqui as identificações de “agricultor ecologista” por exemplo, não se está tratando de indivíduos totalizados por tais denominações. Ao contrário, se está ciente de que os indivíduos encontram-se atravessados por outras múltiplas identidades.

### Os mediadores sociais e seu papel na dinâmica social

Ao se verificar a atuação e o discurso de grande parte das ONGs, especialmente aquelas vinculadas ao desenvolvimento rural e, mais especificamente, à agroecologia<sup>9</sup>, constata-se que estas posicionam como legítimas porta-vozes daqueles agricultores que conformam sua base de sustentação. Esta atuação se efetiva através dos indivíduos que compõem o quadro de funcionários das ONGs e que são os responsáveis diretos pela conexão/ relação destas com aqueles que estão no foco de suas ações, nomeadamente, no caso abordado neste trabalho, os agricultores ecologistas. Tais indivíduos se constituem no que aqui está sendo pensado a partir do conceito de “mediador social”.

O termo mediador alude de imediato àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, por vezes, divergentes, com vistas a um determinado resultado. Neste sentido, a noção de mediador que conceitualmente mais se verificou nos últimos tempos está associada à análise daquele indivíduo que, munido de determinados capitais

---

<sup>9</sup> Por não haver um consenso, assume-se esta denominação que predomina nos dias atuais por entendê-la mais apropriada, neste contexto, para agrupar os diferentes modos de fazer agricultura contrapondo-se ao que se denomina genericamente de agricultura convencional ou produtivista. Atualmente está evidenciada uma disputa pela introdução e consolidação de uma denominação que abarque estas diferentes formas de fazer agricultura (orgânica, biodinâmica, ecológica...) dentre as quais se destacam a Agroecologia (com maior expressão) Agricultura Alternativa (com grande expressão até o início da década de 1990) e a incipiente Bioagricultura (movimento iniciado em 2001 em São Paulo). Cabe salientar que existem fortes componentes ideológicos que determinam os embates daqueles que estão envolvidos nesta disputa. Para um maior conhecimento deste debate ver: Jalcione Almeida (2003, 1999); Miguel Altieri (2001); Stephen Gliessman (2000); Bioagricultura... (2001).

(simbólicos, cultural, político, social) e de um poder instituído por uma determinada organização, se reveste de legitimidade se interpor entre as partes e solucionar conflitos com vistas a uma conciliação entre grupos com diferentes interesses. Para isto, este mediador deve acreditar e fazer acreditar que estava ali resolutamente desinteressado. Este desinteresse, no entanto, é ilusório, uma vez que sempre se almeja os lucros simbólicos e econômicos desta relação, mesmo no caso em que o mediador deve convencer a todos, inclusive a ele próprio, de que está ali com o único interesse de encontrar uma justa solução àquele conflito. Com relação a isto diz Bourdieu (2002, p.209, grifo do autor): “[...] estas negações dos interesses nunca são mais do que *denegações práticas*: [...] elas satisfazem o interesse sob uma forma (desinteressada) que tende a mostrar que elas não o satisfazem.” Estes apontamentos críticos sobre a noção genérica e popular do mediador e seu papel são oportunos para introduzir a discussão sobre mediação, ainda que não constitua a discussão central do que está sendo proposto neste artigo. Mais objetivamente, utiliza-se neste trabalho a definição de “mediador social”<sup>10</sup> como um conceito analítico que auxilia na compreensão da atuação daquele agente que, detentor de um poder institucionalizado por uma organização, no caso aqui estudado uma ONG que desenvolve a agricultura ecológica, assume o papel de aproximar o ‘ambiente rural’ e o ‘ambiente exterior’, considerando suas várias dimensões: ambiental, social, cultural e econômico. Ou, nos termos de Eric Wolf (1971, p.1075), os mediadores são agentes que exercem “[...] o controle sobre as uniões e sinapses cruciais das relações que ligam o sistema local ao todo mais amplo.” Para evitar confusões, deve-se salientar, no entanto, que os agentes que estão sendo denominados de mediador social não se autodenominam e não se pensam dessa forma. Portanto, não existe esta noção no formato de uma categoria “nativa” sendo utilizada pelos técnicos, agrônomos e outros agentes das ONGs. Eles são tratados dessa forma, ao longo de todo este trabalho, em função da posição que ocupam no espaço social no qual atuam.

O tema da mediação também está no cerne de muitas discussões nas ciências sociais<sup>11</sup> A análise que aqui se procederá visará o agente que se coloca ou é colocado na condição de mediador integrando um grupo que assume um discurso bastante ambíguo em relação ao seu papel. Tal ambiguidade se evidencia na medida em que estes agentes estão assumindo uma atuação (e uma identidade) baseada na contraposição ao que está hegemônico no **campo**

---

<sup>10</sup> Gerhardt (2002) é um exemplo de estudo onde também se analisa o papel do mediador social.

<sup>11</sup> Ver: Delma Pessanha Neves (2008, 1997); Velho (2001); Velho e Karina Kuschinir (1996); Eric Wolf (1971), Jean Pierre Olivier de Sardan (1995).

social<sup>12</sup> em que disputam o modelo de agricultura. Ou seja, o alvo para o qual está voltado a “mira” destes mediadores é aquela agricultura chamada convencional, moderna ou produtivista. Este aspecto faz com que estejam a todo o momento demarcando suas posições, tomando seus “adversários sociais” como referências e produzindo, desta forma, um discurso no qual expõe as diferenças de uma forma reflexiva. É nesse sentido que Wolf (1984, p.346) irá chamar a atenção para o fato de que:

[...] cada vez mais esses “intelectuais” da nova ordem clamam contra os detentores do poder econômico e político. Eles precisam de uma clientela; e ela é constituída de operários e camponeses insatisfeitos, criados pelo mercado mas sem que a sociedade cuide deles adequadamente.

Porém, estes mediadores sociais “alternativos” estão situados e condicionados pelas regras estruturadas no “campo das agriculturas”. É a inter-relação entre as regras desse campo e a estrutura cognitiva ou, mais precisamente, os “princípios geradores de práticas distintas e distintas”, que constitui o *habitus* destes agentes, que criam as suas possibilidades de ação. (BOURDIEU, 1996, p.22). Isso faz com que o formato da relação que se reivindica como estando assentada em outros parâmetros, comparativamente àquelas situadas do lado oposto deste jogo, reproduza situações contraditórias com o discurso enunciado. Ou seja, ainda que se classifiquem como transformadores das relações sociais e da própria realidade, estes mediadores atuam constringidos pelos limites impostos por esta estrutura objetiva do campo e pela estrutura subjetiva que é o próprio *habitus*. Neste sentido, percebe-se que em determinadas situações, aquilo que está contido no seu discurso pode se expressar em outros termos diante das obrigações práticas definidas pelas estratégias políticas e produtivas.

Tais situações puderam ser apreendidas em diversas situações aqui ilustradas por estes exemplos descritos a seguir. No diálogo com um determinado mediador ele acentuava que eles, enquanto mediadores atuantes na ONG, não eram “atores”: “[...] *nós não somos atores, os atores são eles [os agricultores], a gente vai tentar conversar, mas não vai pressionar, usar o nosso poder, porque nós somos uma assessoria.*” Da mesma forma, um outro mediador assumia que buscava não interferir na dinâmica dos agricultores e, ao participar das reuniões destes, ele buscava manter-se em silêncio: “[...] *tem vez que eu vou na reunião e fico quieto [...] eu tento falar quando demandado e também quando eu falar, não colocar uma coisa*

---

<sup>12</sup> A noção de campo social aqui utilizada é aquela proposta por Bourdieu (1998b, p.135), e integra a dimensão estrutural de sua teoria sociológica. Trata-se de “[...] um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes.” Estas variáveis correspondem ao volume e estrutura do capital valorizado no campo.

*fechada, tentar ver os pontos de vista que eu consigo ver e tentar esclarecer.”* No entanto, as disputas e os constrangimentos subjetivos e objetivos criam situações em a contradições ficam evidentes, como pôde ser observado a partir de uma série de ações de articulação política com objetivos bem definidos de promover a manutenção do poder que possuem entre aqueles agricultores<sup>13</sup>, valendo-se, por exemplo, de táticas como a estigmatização de algumas lideranças e a atração de outras e mesmo elaborando e aplicando técnicas de punição de disciplinamento

As contradições são observáveis também em função destes agentes que desempenham o papel de mediadores sociais estarem munidos de espécies de capital que, “[...] à maneira de trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado.” (BOURDIEU, 1998b, p.134). Dessa forma, são revestidos de um poder simbólico que produz efeitos variados na relação que estabelecem com os diferentes agentes. Nesse sentido, compreender a dimensão desse poder simbólico é de grande relevância para o estudo da relação entres os agricultores ecologistas e os mediadores sociais, haja visto que tem o

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1998b, p.14).

Em sua grande maioria, estes mediadores são agentes que freqüentaram o “universo escolástico” e que, portanto, possuem um elevado capital cultural, o que lhes confere um destaque dentro do espaço social em que interagem. Da mesma forma, são agentes que adquirem, com relativa facilidade, um capital social (ou ampliam seu volume), dado a própria necessidade de integrar e constituir redes de organizações em nome da entidade ou movimento que representam. Estes capitais, aliados ao capital político e econômico, se constituem em importantes recursos para alcançar os interesses que os mobilizam no jogo social que disputam. Um aspecto importante a ser considerado nesse processo de mediação se refere ao fato de que os mediadores constroem sua legitimidade na medida em que assumem o papel de aglutinar ao seu redor os interesses difusos na sociedade, atribuindo, dessa forma,

---

<sup>13</sup> Obviamente que a justificativa para tais ações não é a manutenção de poder. O argumento mais comum é o de que os agentes aos quais se opõem, “pelegaram”, se distanciaram da base, são “individualistas”, buscam dividendos pessoais, abandonaram a causa....

“voz” àqueles que não a tem. O comentário do primeiro mediador citado anteriormente poderia então ser acrescido, conforme a lógica implícita, da seguinte dedução: “[...] eles são os atores e nós os seus porta-vozes.” Em relação a este aspecto, Maria Celia Paoli (2002, p.378) destaca que, ao contrário de um movimento social que, segundo esta autora, “[...] implicava a demanda direta da população carente organizada por bens públicos [...]”, as ONGs optavam por caminho diferente, tratando de “[...] representar as demandas populares em negociações pragmáticas, tecnicamente formuladas, com os governos, dispensando a base ampliada da participação popular.”

Retornando à discussão inicial, importa novamente enfatizar que o mediador social não é um agente neutro nas relações estabelecidas. Mesmo nas situações em que ele renuncia à própria fala, como foi declarado na entrevista citada, acreditando que com este procedimento não promoverá interferências no meio onde se produzem as relações, o que fica evidenciado é que toda relação social está dotada de dimensões não discursivas. É ilusório depositar tanto crédito ao poder da palavra uma vez que se trata apenas de um “[...] poder delegado do porta-voz cujas palavras [...] constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido.” (BOURDIEU, 1998a, p.87). A partir destas considerações, pode-se concluir que a simples presença de um indivíduo investido e revestido de poder, mas, sobretudo, reconhecido como detentor de capitais que lhe confere poder, já implica numa interferência direta que, em muitos casos, pode ser tão determinante quanto uma intervenção discursiva. Faz sentido a máxima de que o silêncio, em determinadas circunstâncias, pode dizer mais que muitas palavras. Portanto, ainda que a idéia de mediação possa freqüentemente ser tomada pelo senso comum como um processo que promoverá a conciliação ou o estabelecimento de compromissos entre diferentes partes, valendo-se de um agente individual ou coletivo despojado de seus interesses, criando assim, as condições para a efetivação de um acordo legítimo, o que ocorre de fato e que interessa ser evidenciado neste trabalho é a impossibilidade desta pretensão. Neste sentido, afirma-se, juntamente com Neves (1998, p.155), que

[...] os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação.

Considera-se, então, que o mediador sempre promoverá traduções ao transpor informações de uma parte à outra. Veja, por exemplo, o comentário desse agricultor:

*Quando o Sr teve contato pela primeira vez com este nome da agricultura ecológica? Quem trouxe esta denominação?<sup>14</sup> Acho que foi a partir do curso, né.(sic). Aquele primeiro curso<sup>15</sup> que o Sr comentou... e até ali? Até ali era produção orgânica, produção sem veneno, não se falava em agricultura ecológica [a gente nem sabia o que era estas palavras] A partir do curso ali que a ONG passou pra nós a agricultura ecológica e traduzindo e definindo... você sabe qual é a tradução de agricultura ecológica? Não. Cuidar da casa, agricultura ecológica é cuidar da casa... então tem que cuidar da terra... (E02 – AE, entre colchetes está o comentário da esposa).*

Assim, muito além da simples tradução, o mediador assume o papel de interpretador e adaptador das informações colhidas nos diferentes espaços sociais com os quais interage. Dessa forma, promoverá uma filtragem e uma modelagem destas informações conforme a sua própria visão de mundo. Apropriadamente, Pierre Lascoumes (1994) chama a este processo “*transcodificação*” e o entende como aquelas atividades que reagrupam e traduzem informações e práticas num código diferente. Mais objetivamente *transcodificar* é,

*[...] d’une part agréger des informations éparses et les lire comme une totalité; c’est aussi les traduire dans un autre registre relevant de logiques différentes, afin d’en assurer la diffusion à l’intérieur d’un champ social e à l’extérieur de celui-ci<sup>16</sup> (LASCOUMES, 1994, p.22).*

*Bricolage* é outra importante noção que auxilia numa melhor compreensão do que está envolvido em um processo de mediação. Refere-se à ação característica do mediador que, ao acessar diferentes espaços sociais, vai agregando pequenos fragmentos coletados por onde transita com vistas a constituir novas finalidades. “Assim o mediador não só negocia, como cria novas realidades, a partir de seu trânsito por diferentes domínios.” (VELHO; KUSCHINIR, 1996, p.106)

De posse dessas análises, o mediador social aqui considerado como um agente que está presente e participa ativamente das disputas que estão em jogo. É aquele agente que se relaciona com diferentes espaços sociais e que, influenciando nas várias dimensões pertinentes aos grupos sociais que estão ligados à ONG, produzirá transformações significativas na dinâmica daquele meio. As transformações não se efetivam apenas no que se refere aos componentes tecnológicos e processuais próprios do modelo de agricultura que

---

<sup>14</sup> Nas citações das entrevistas as perguntas realizadas pelo pesquisador sempre aparecerão em negrito e itálico para diferenciar-se das respostas dos entrevistados.

<sup>15</sup> Refere-se a um curso considerado pelos agricultores o evento precursor da *Associação*.

<sup>16</sup> Em tradução livre: “[...] de uma parte, agregar as informações esparsas e as ler como uma totalidade; é também as traduzir em um outro registro constituído por lógicas diferentes, a fim de assegurar a difusão ao interior de um campo social e ao exterior deste.” (LASCOUMES, 1994, p.22, tradução nossa).

preconizam. Especialmente no caso destes mediadores, sua atuação transcende a um papel puramente de difusão e transformação técnica<sup>17</sup>. Eles se caracterizam, sobretudo, por promoverem o nascimento ou o fortalecimento de organizações sociais locais comprometidas ideologicamente com a causa em questão. Portanto, mais que mediar a apropriação de determinadas tecnologias, ocorre também e fundamentalmente uma mediação político-cultural, que, em certas circunstâncias, assume uma importância tal que o papel técnico é relevado a uma prioridade secundária. Não é raro que se encontrem ONGs que possuem, dentro do seu quadro de funcionários, profissionais com formação na área das ciências humanas ou que priorizem a contratação de técnicos (no caso específico, agrônomos, engenheiros florestais, veterinários etc.) que apresentem um perfil que alie o conhecimento técnico-produtivo destas áreas a uma capacidade de atuar em outras dimensões, nomeadamente na organização de grupos, na relação com o poder público e privado, com o mercado etc. Sendo assim, entende-se que o conceito noção aqui apresentado de **mediador**, associada ao adjetivo **social**, se constitui em um tratamento mais apropriado para a análise de tais agentes.

Ainda com relação a este processo compreendido aqui a partir da dinâmica da mediação, Wolf (1971) sugere as noções de “indivíduos orientados para a comunidade” (“*community-oriented individuals*”) e “indivíduos orientados para a nação” (“*nation-oriented individuals*”). O mediador, segundo este autor, estabelece uma aliança entre estes dois “mundos”, olhando “em duas direções ao mesmo tempo”. Considera-se, no entanto, que o mediador do qual se está tratando nesse artigo, olha em múltiplas direções. É de grande relevância, por exemplo, a relação que estabelece com outros mediadores de outras ONGs e de outras organizações que não estão nem no plano da comunidade e nem no plano da nação. De qualquer forma, interessa especialmente adaptar a estas análises a noção de “mediador voltado para a comunidade” que aqui será referido àqueles agricultores que cumprem papéis de lideranças em seus grupos. Como se verá, estas lideranças são chamadas a atuar como elos importantes na estruturação da relação entre os agricultores ecologistas (e outros) e os mediadores sociais da ONG. Estes últimos fomentam e potencializam estas lideranças, desde que e até quando mantenham ativos os laços que os vinculam e auxiliem na expressão local das perspectivas emanadas da ONG.

---

<sup>17</sup> Mediadores Técnicos e Mediadores Técnico-científicos são outras formas de abordar o processo de mediação assumindo um recorte mais preciso. A respeito de tais denominações ver, respectivamente: Vanessa Coelho, 2002 e Adriano Premebida; Jalcione Almeida, 2003.

Cabe salientar, como anunciado no parágrafo anterior que, ao discutir o processo de mediação e o papel do mediador social no espaço social, está pressuposto a existência de outros agentes com os quais este se relaciona, como os já mencionados agricultores ecológicos e outros que assumem diferentes papéis. Neste sentido, ocorre que não existe aqui, a priori, a expressão exclusiva e unilateral do poder dos mediadores, mas sim de um esquema de interdependência entre tais agentes, que não se expressam sem a ocorrência de significativas disputas. Ou seja,

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem (ELIAS, 1994, p.23).

Portanto, o mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhe confere tal *status* e “[...] essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele.” (ELIAS, 1994, p.35). Essa interdependência não elimina, em todo caso, a presença variável do dominante e do dominado ou, mais propriamente, a expressão do poder como até aqui se anunciou e que compõe o cerne das análises aqui construídas.

### Os mediadores sociais e a agricultura ecológica

Os princípios que norteiam a atuação da ONG, como uma entidade que trabalha prioritariamente com esta forma de se fazer agricultura, são construídos na relação que se estabelece com os agricultores e em função de outras relações que se estruturam em outros espaços sociais. Ao mesmo tempo em que se mantêm permeáveis às influências exercidas por outras organizações afins, estão também permeáveis às influências dos agricultores. Sendo assim, os interesses dos mediadores se constroem a partir dessas relações e, obviamente, a partir das motivações pessoais que foram construídas ao longo de suas trajetórias e do meio social no qual estão inseridos (os mediadores).

Ao integrar uma rede de organizações com as quais mantém uma relação de afinidades temática e pragmática, como é o caso do movimento ambiental, tal integração impõe certos contornos na sua prática junto aos agricultores. Diante do que está demonstrado pelas observações empíricas, é coerente afirmar que os mediadores atuam em diferentes planos, dos quais pode-se destacar o plano em que se relacionam com os agricultores e o plano em que se

relacionam com os mediadores de outras organizações governamentais e não-governamentais. Por mais que alguns agricultores se envolvam organicamente nesta rede composta por estas organizações, o que se nota é que os interesses e a dinâmica na qual estão inseridos os fazem atuar de forma bastante seletiva em relação às dimensões suscitadas pela questão agrária e ambiental. O que se verifica é a distinção de lideranças que emergem do seio dos agricultores para os representarem nesses espaços de discussão e tomada de decisão o que, quase sempre restringe-se às mesmas lideranças, as quais já incorporaram os códigos desses espaços de articulação e, em muitos casos, atuam em várias outras organizações. Um exemplo a ser destacado pode ser depreendido da fala desse agricultor:

*Tu começando a coordenar um grupinho de família, tu vai se destacando, logo em seguida já entrou na diretoria do grupo de jovem, daí você já foi escolhido para representar o grupo na paróquia, da paróquia já foi representar na diocese. Tu ia se destacando, o pessoal ia te empurrado e... se me dá um compromisso eu gosto de cumprir. Então daí foi um ponto aqui, “ah, bota pra ele que ele vai!!”.. Daí o cara ia... era uma maneira de escapar dos compromissos... Eu sempre gostei, não sei, é dá pessoa, já está dentro da gente, quando o cara veio me convidar para participar do PT, nem conhecia, nem sabia o que era, sabia sim porque escutava as notícias... mas nunca me tinha dado conta, ‘ah vou me filiar... vou fazer isto... vou concorrer a vereador’, como eu já fui. (E08 - AE).*

Este mesmo agricultor comentava, num momento de informalidade, que por várias vezes participou de atividades em que outros agricultores não se dispuseram a participar, inclusive longas viagens pelo Brasil, com o objetivo de conhecer outras experiências relacionadas com a agricultura ecológica. Como os mediadores da ONG não logravam convencer outros agricultores a deixarem suas propriedades para participarem destes eventos, de forma que houvesse um envolvimento mais plural e, por outro lado, fornecesse maior legitimidade e destaque à própria atuação da ONG, acabavam finalmente aceitando que a parcela de representação destinada aos agricultores fosse sempre ocupada pelos mesmos representantes. São estes os agricultores que, adaptando a terminologia proposta por Wolf (1971), podem ser compreendidos a partir do conceito de “mediadores voltados para a comunidade”. Estes se constituem em um importante canal entre os grupos ou associações de agricultores e os mediadores da ONG. São elos de grande significado na manutenção da coesão dessa cadeia e, portanto, são tratados com especial atenção pelos mediadores (“voltados para a nação”).

A total ausência de representação também é verificada quando não há disposição de nenhum agricultor em participar desses espaços por não serem considerados prioritários

dentre as suas urgências cotidianas. O que se evidencia, neste caso, é que determinados assuntos que são tratados, especialmente pelos mediadores, como inerentes ao “ser” ecologista, não fazem parte do universo de prioridades considerado pelos agricultores. Neste sentido, pôde-se perceber que uma série de temas e ações (como a questão dos transgênicos, por exemplo), ainda que esteja bastante incorporado pelos agricultores, não é assumido com o mesmo nível de gravidade com que é tratado esse assunto por parte dos mediadores.

O que implica as constatações acima é dar-se conta de que a racionalidade que coordena as ações e gera os interesses destes mediadores sociais estão, em muitos casos, distantes daquilo que compõe o universo do agricultor. Mas, então, é coerente perguntar o que motiva estes agentes a fazerem parte de uma ONG e a tomarem essa proposta alternativa como um meio de vida?

Em relação a isso, foi perguntado a um “ex-agricultor”, que atualmente atua na condição de mediador, sobre as vantagens de se trabalhar em uma organização com as características daquela ONG. Este apresentou a seguinte resposta:

*Bom, eu tenho uma gratificação muito grande em trabalhar na equipe da ONG, porque eu não sou um técnico, eu sou na verdade um agente ali, de desenvolvimento eu diria, porque eu não fiz um curso técnico de agropecuária... Mas poderia se dizer... que acabo fazendo este trabalho, né. Olha..., você imagina trabalhar 10 anos em meio a uma equipe de agrônomos e técnicos, sociólogos..., as oportunidades de aprendizado que a gente tem, as oportunidades de conhecimento, de executar tarefa dentro de uma entidade assim, é... não tem nem cogitação. Porque na verdade como agricultor tu te limita muito, tu tem que tocar a propriedade e produzir e viver daquilo, então mesmo que tu queira participar, tu vai participar num final de semana, uma tarde por semana no máximo. Participar um dia por semana já atrapalha o seu serviço na roça. Aqui não, aqui eu tenho oportunidade, eu estou na equipe. (...) Hoje a coisa que mais me motiva o que que é, é ir lá na casa do agricultor que não está fazendo nada e você ir orientando, conversando com ele, trocando idéias, dali a 6 meses tu vê que aquilo está engrenando, que ele está produzindo ecológico, transformou toda aquela propriedade dele. Aquilo que gratifica a gente (...). O que mais gratifica a gente é ver a transformação, tu ver a mudança ocorrer e tu saber que você participou deste processo, que tu contribuiu para alguma coisa, não digo com todos os elementos, mas alguns elementos tu conseguiu agregar ali e acho que isto que me motiva e por isso que eu estou na ONG. (...) Ter esta oportunidade de fazer isto aí, de tu contribuir mais para o trabalho desenvolver, pro movimento ecológico, pros agricultores se organizarem e crescer, né. Porque eu acredito que esta é a solução das pessoas, do planeta, que tem que ter uma consciência maior, cada vez maior, das relações, da produção, meio ambiente... (EE01 - MS).*

Pode-se concluir, em função da trajetória desse mediador, que o seu discurso expõe, de uma forma bastante contundente, as vantagens em ser membro da equipe técnica da ONG e

ser agente promotor da agricultura ecológica. Após haver vivido grande parte de sua trajetória desenvolvendo atividades produtivas e de convivência social no meio rural e na condição de agricultor, o seu argumento fica marcado por menções comparativas. Em outros termos, é dizer que este mediador teve o seu *habitus* constituído em um espaço social diferente daquele em que agora está situado. Dessa forma, consegue perceber com maior clareza que ser um mediador é, sobretudo, poder fazer aquilo que não pôde fazer enquanto era agricultor. Este posicionamento magnífica, por um lado a posição do mediador e por outro a do agricultor na medida em que dá maior relevo às características diferenciadoras. Nesse sentido, esta citação acima, além de corroborar a discussão que introduziu esta seção e expor claramente os espaços de poder e dominação, apresenta questões interessantes a serem discutidas em relação aos aspectos que motivam os agentes a assumirem a função de mediadores sociais.

A primeira discussão que enseja este comentário parte da referência implícita a uma trajetória comum aos mediadores: o fato de assumirem, em algum momento de suas vidas, uma opção ideológica que os colocam na condição de contestadores do modelo de sociedade existente. Esta é uma característica frequentemente verificada entre os que integram a ONG e se constitui num importante motivador para assumirem tal função. Isto implica dizer que, de outra forma, “*tu te limita muito*”. Sendo agricultor, por exemplo, “[...] *tu tem que tocar a propriedade e produzir e viver daquilo, então mesmo que tu queira participar, tu vai participar num final de semana, uma tarde por semana no máximo.*” Em certa medida, é como se dissesse que a militância passasse a consistir em uma atividade profissional. O que antes só era possível nas horas destinadas ao descanso, agora se apresenta como uma atividade cotidiana. Isto atende a uma dimensão da subjetividade destes agentes que é o de poder trabalhar conforme a própria consciência que desenvolveram sobre a realidade que estão questionando e, ao mesmo tempo, construindo.

“*Então esse é o benefício de trabalhar numa ONG, porque a maioria das pessoas que estão numa ONG, são pessoas que acreditam mais ou menos nas mesmas coisas, tem os mesmos valores, tem princípios muito parecidos.*” (E01 - MS). Nota-se, pela fala desse mediador, que essa perspectiva de poder trabalhar mantendo uma fidelidade aos seus princípios encontra um ambiente fértil no âmbito do conjunto das ONGs que atuam com a agricultura ecológica. Insinua uma importante dimensão da sociabilidade dos mediadores sociais que se refere aos laços que unem estes agentes em torno de uma causa comum, gerando um capital social que os colocam em evidência frente ao Poder Público ou outros grupos com quais estabelecem relações de poder, seja no formato de disputas ou alianças. O

relacionamento entre estes mediadores, que chegam a constituírem redes com uma capilaridade que atinge dimensões internacionais, deve ser considerado como uma relevante vantagem para aqueles que se inserem nesse meio. A partir de tal visibilidade

*[...] surge uma palestra, surge uma viagem para o Paraná, que nem 15 dias atrás, vou eu lá, conversando, dando cursinho, conversando com agricultores de lá, associações, então surgem estas oportunidades que pra mim é um crescimento, é um aprendizado cada vez mais. (EE01 - MS)*

A outra questão que está intimamente vinculada à anterior, refere-se à possibilidade desses mediadores obterem o sustento econômico sem abrir mão dos seus princípios ideológicos, anteriormente comentados. Neste caso, ao passarem pelo rito de instituição próprio daqueles que freqüentaram um meio escolástico, que lhes confere destaque entre aqueles com os quais convive, se lhes abre a possibilidade de converter esse reconhecimento em capital econômico. A presença desse mediador/agricultor apresentado acima, que acumulou um saber prático que lhe coloca numa posição intermediária entre os agricultores e os mediadores, pode ser considerado uma exceção que apenas confirma o poder simbólico de quem acumulou um saber acadêmico: “[...] *eu não sou um técnico, eu sou na verdade um agente alí, de desenvolvimento eu diria, porque eu não fiz um curso técnico de agropecuária.*” Vale dizer, resumidamente, que trabalhar em uma ONG, para os que apresentam o perfil desses mediadores, parece indicar a “união do útil ao agradável”, ou seja, trabalhar por um salário atendendo a uma causa ideológica.

Uma dimensão que sempre se apresenta de forma velada no discurso desses mediadores, e que pode ser facilmente extraída da citação anterior, diz respeito ao poder que lhes reveste a posição de membros da ONG: “*Você imagina trabalhar 10 anos em meio a uma equipe de agrônomos e técnicos, sociólogos [...], as oportunidades de aprendizado que a gente tem, as oportunidades de conhecimento, de executar tarefas dentro de uma entidade assim, é... não tem nem cogitação*”. A partir desse extrato da citação, pode-se deduzir que, ao se demarcar dos mediadores com formação acadêmica, mas ao mesmo tempo se aliar a eles e se distanciar dos agricultores no sentido de ter a oportunidade de acessar “aprendizados” e “conhecimentos” e ainda “executar tarefas” reservadas apenas a quem está na condição de membro legítimo da ONG, esse mediador está assumindo que tal *status* lhe confere um significativo poder dentro do espaço social em que atua. Cabe acrescentar, no entanto, que estes mediadores somente acessarão os privilégios desse poder uma vez que prestem “obediência e submissão às normas específicas do grupo.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.26).

A constatação desse poder se faz marcante na medida em que este mediador assume que sua maior motivação é contribuir para a “produção” de um agricultor ecológico: “[...] *ir lá na casa do agricultor que não está fazendo nada e você ir orientando, conversando com ele, trocando idéias, dali a 6 meses tu vê que aquilo está engrenando, que ele está produzindo ecológico, transformou toda aquela propriedade dele.*” De maneira geral, esta dimensão referente ao poder está presente na fala e no comportamento de todos os mediadores pesquisados. Nessa dinâmica, o mediador atua como um “engenheiro social” que busca, a partir do seu poder, atribuir forma a este corpo social constituído pelos agricultores.

Deve-se reafirmar que não se propôs com esta discussão apontar os interesses dos mediadores pressupondo que se apresentam de forma estática e essencializados. Descartando essa visão, o que se buscou foi construir uma análise que problematizasse o universo no qual está inserido o mediador. Para isso apontou-se determinadas dimensões que em geral não são trazidas para o plano do debate. Estes agentes se constituem na relação que estabelecem quotidianamente.

### Conclusão

Com o foco centrado na relação entre o agricultor ecologia e o mediador social, este artigo visou apontar elementos de análise que auxiliam na compreensão do processo de construção das identidades do mediador social e do agricultor ecologista bem como do processo de definição dos contornos da agricultura ecológica. Como foi demonstrado, os mediadores sociais assumem um papel de destaque com relação à delimitação de quem pode, ou não, ser chamado de agricultor ecologista e, por conseguinte, a definição daquelas práticas e valores que estariam sob o “guarda-chuvas” da agricultura ecológica. É o poder simbólico acumulado por estes agentes, graças especialmente aos capitais (cultural, social e o político) que acumularam ao longo de suas trajetórias, que lhes garantem o poder do enunciado e, dessa forma, o poder de normatizar tais denominações. O que o mediador diz ser ecológico, tem um efeito de verdade dentre aqueles envolvidos neste espaço social e, dessa forma, considera-se que a definição da agricultura e da identidade do agricultor construídas e em construção tem uma grande influência destes mediadores. Por outro lado, tais mediadores sociais construíram sua identidade se demarcando daqueles mediadores “convencionais”. Isto também foi assumido para o caso da agricultura ecológica que é demarcada das demais agriculturas; e do agricultor ecologista que se demarca dos demais agricultores.

No entanto, percebeu-se que o poder dos mediadores sociais foi determinante no processo inicial da construção dessa identidade da agricultura e do agricultor ecologista, mas, na medida em que estes últimos foram incorporando os códigos presentes nas formulações dessas identidades, estes passaram a estabelecer novos critérios ou mesmo impor certas exigências valorizadas no passado, mas que os próprios mediadores já não as assumiam como componentes imprescindíveis à constituição da identidade do agricultor ecologista atualmente. Dessa forma, ocorre um processo de disputas onde atuam agricultores com diferentes níveis de inserção nesse jogo e os mediadores sociais com vistas a definir quais devem ser as propriedades pertinentes à uma agricultura ecológica e à um agricultor ecologista. Considera-se que há infinitas possibilidades de pertencimento a estes universos e chegou-se à configuração atual após um processo de definição em que os agentes interferiram conforme sua dotação de poder naquele espaço social.

A formação da identidade do mediador social e da ONG se dá também a partir de uma disputa, porém neste caso a interferência do agricultor, ainda que exista, é menos expressiva. Isto se deve exatamente ao fato desses mediadores ocuparem uma posição de um acentuado poder entre estes agentes, o que os tornam “imunes” aos efeitos das ações dos agricultores. Certamente isto não é uma constante. Existem variados níveis de influência produzidos por agricultores, especialmente aqueles que ocupam posição de lideranças e que tenham agregado certas estruturas e volumes de capitais que os levam a produzirem efeitos nesse jogo que, por sua vez, podem desviar o seu rumo. A busca pela afirmação da identidade desses mediadores se dá a partir da demarcação em relação aos mediadores vinculados a outras instituições que ocupam posição dominante no “campo da agricultura”. Pode-se nomear aqui a Emater como a principal organização, constantemente mencionada pelos mediadores da ONG, a partir da qual delimitam os seus atributos. É legítimo afirmar, ao mesmo tempo, que este mediador se constrói na aliança com outros mediadores das ONGs com as quais possuem afinidades.

Por fim, deve-se considerar que as características das relações analisadas nesse trabalho desde um perspectiva crítica não elimina a constatação de que todos estes agentes estão guiados por uma encantadora utopia que é a construção de uma nova realidade social. Realidade esta que seja regida por valores de justiça entre os seres humanos e entre estes e o meio ambiente. E é assim, mirando este ideal que os mediadores sociais e os agricultores ecologistas vivem o real e enquanto a transformação não chega seguem transformando o possível.

**THE PROCESS OF MEDIATION AND CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN  
ECOLOGICAL AGRICULTURE**

**ABSTRACT:** *From empirical research of farmers belonging to an association of ecological farmers and social mediators of an NGO located in Rio Grande do Sul, this article analyzes the relationship between these actors seeking to understand the construction of social identities and the role of mediation this process. It was noticed that the influence of social mediators was instrumental in the construction of identity environmentalist farmer , and defining the guiding principles of ecological agriculture , especially in its origin, but to the extent that the latter is the defining principles were incorporating the " be ecologist farmer " and their underlying practices , these began to dispute with mediators its contours . Regarding mediators building your social identity such process takes place from the demarcation in relation to mediators linked to other institutions that occupy a dominant position in the "field of agriculture ."*

**Keywords:** *Mediation. Social Identity. Ecological Agriculture. Power Relations.*

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.479-498, 2003.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura:** tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BIOAGRICULTURA: o momento pede a união de todas as correntes que trabalham pela vida. **Revista Agroecologia Hoje**, Piracicaba, n.10, p.4-6, 2001.

BOURDIEU, P. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1998a.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998b.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. p.12-35.

COELHO, V. P. **Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico.** 2002. 133f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2015/000313265.pdf?sequence=1>>.  
Acesso em: 23 nov. 2017.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GERHARDT, C. H. **Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente**: a construção da problemática ambiental em agro-eco-sistemas. 2002. 524f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2649/000374130.pdf?sequence=1>>.  
Acesso em: 23 nov. 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LASCOUMES, P. **L'Éco-pouvoir**: environnements et politiques. Paris: La Découverte, 1994.

MARTIN, D. Le choix d'identité. **Revue Française de Science Politique**. Paris, v.51, n.1-2, p.582-593, fév./avr. 2000.

NEVES, D. P. Apresentação e Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, PGDR, 2008. p.7-44.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p.147-168.

NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. **Antropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Marseille: Karthala, 1995.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PREMEBIDA, A.; ALMEIDA, J. Preâmbulo teórico e metodológico acerca dos significados do desenvolvimento rural entre mediadores técnicos no campo tecnocientífico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: exportações, segurança alimentar e instabilidade dos mercados, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2003. p.1-20.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.13-27.

VELHO, G.; KUCHINIR, K. Mediação e metamorfose. **Maná: estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.97-107, 1996.

WOLF, E. **As guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.

WOLF, E. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, T. (Ed.). **Peasants and peasant societies: selected readings**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971. p.1065-1078.